

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – DIREITO PROCESSUAL PÚBLICO.....	31
1. AS PECULIARIDADES DO ESTUDO DO DIREITO PROCESSUAL EM LI- TÍGIOS COM O PODER PÚBLICO	31
2. FAZENDA PÚBLICA OU PODER PÚBLICO?.....	33
2.1. Conceito e abrangência.....	34
2.2. O caso da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)	35
2.3. Extensão excepcional do regime de precatórios a empresas estatais	35
3. ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	37
4. PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E DO DISTRITO FEDERAL.....	38
4.1. Critérios de nomeação do Procurador-Geral	39
4.2. Princípio da unicidade da advocacia pública estadual	40
4.3. Exceções ao princípio da unicidade.....	41
5. PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO.....	44
5.1. Inexistência de obrigatoriedade de criação.....	45
5.2. Aplicação do princípio da unicidade às Procuradorias Municipais.....	45
5.3. Representação judicial dos Municípios sem Procuradoria própria	46
6. RESPONSABILIDADE DO ADVOGADO PÚBLICO	47
7. PRERROGATIVAS E REGIME JURÍDICO.....	49
7.1. Representação e desnecessidade de procuração	49
7.2. Foro por prerrogativa de função.....	50
7.3. Independência funcional x isenção técnica.....	50
7.4. Autonomia financeira e orçamentária	51
7.5. Porte de arma de fogo.....	51
7.6. Regime remuneratório	52
7.7. Autorização prévia para manifestação do advogado público	52
7.8. Teto remuneratório aplicável à advocacia pública.....	53
7.9. Limitações legislativas à redução de honorários e programas de parcelamento ..	55
QUADRO SINÓTICO	56
Fazenda Pública / Poder Público	56
Advocacia-Geral da União	56
Procuradorias-Gerais dos Estados e do Distrito Federal.....	57

Procuradorias-Gerais dos Municípios.....	57
Responsabilidade do Advogado Público.....	58
Prerrogativas e regime jurídico da advocacia pública.....	58
Súmulas, Temas e Precedentes mais relevantes.....	59
CAPÍTULO II – PRAZOS	61
1. INTRODUÇÃO.....	61
2. CONSTITUCIONALIDADE.....	61
3. ALCANCE E CARACTERÍSTICAS.....	63
3.1. Contagem em dias úteis.....	64
3.2. Litisconsórcio.....	64
3.3. Recesso forense e suspensão dos prazos processuais.....	65
3.4. Domicílio Judicial Eletrônico e comunicações processuais eletrônicas.....	66
4. HIPÓTESES DE NÃO APLICAÇÃO DO PRAZO EM DOBRO.....	67
4.1. Prazo próprio para o ente público.....	67
4.2. Prazos judiciais.....	68
4.3. Audiência de conciliação e mediação.....	69
4.4. Prazos em ações de controle de constitucionalidade (ADI e ADC).....	69
4.5. Estado estrangeiro.....	70
4.6. Ação rescisória.....	70
4.6.1. Prazo para ajuizamento.....	70
4.6.2. Prazo para apresentação de defesa.....	71
4.7. Mandado de Segurança.....	72
4.8. Recurso em pedido de suspensão.....	72
4.9. Contestação em ação popular.....	73
4.10. Processos regidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.....	74
QUADRO SINÓTICO.....	74
Regra Geral (art. 183, CPC).....	74
Constitucionalidade.....	74
Alcance e Características.....	75
Recesso forense e suspensão dos prazos.....	75
Hipóteses de não aplicação do prazo em dobro.....	76
CAPÍTULO III – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	79
1. INTRODUÇÃO.....	79
1.1. Distinção entre prescrição e decadência.....	79
1.2. Efeitos processuais.....	80
2. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NAS DEMANDAS ENVOLVENDO O PODER PÚBLICO.....	81
2.1. Prescrição quinquenal: generalidades.....	81
2.2. Âmbito subjetivo.....	82

2.2.1. Estatais prestadoras de serviço público sem finalidade lucrativa	82
2.2.2. Fundações privadas de apoio à universidade pública	83
2.3. Interrupção e suspensão da prescrição	83
3. PRESCRIÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRATO SUCESSIVO E PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO	84
3.1. Generalidades	84
3.2. Prescrição de fundo de direito x decadência	86
4. CASOS ESPECÍFICOS SOBRE PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO ...	87
4.1. Lei de efeitos concretos	87
4.2. Enquadramento ou reenquadramento de servidor público	88
4.3. Revisão de aposentadoria	88
5. HIPÓTESES DE IMPRESCRITIBILIDADE	90
5.1. Danos decorrentes de perseguição política	90
5.2. Danos ambientais	90
5.3. Ações de ressarcimento ao erário por atos de improbidade administrativa	91
6. QUESTÕES ESPECÍFICAS SOBRE PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	91
6.1. Prescrição em reparação civil de danos	92
6.2. Ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS)	92
6.3. Prescrição intercorrente em processo de execução contra o Poder Público	93
6.4. Prescrição na fase de cumprimento de sentença	94
6.5. Termo inicial nas demandas de revisão de aposentadoria	94
6.6. Prescrição em execução individual de sentença coletiva	95
6.7. Decadência para anular acordo firmado com o Poder Público	95
QUADRO SINÓTICO	96
Distinção entre Prescrição e Decadência	96
Prescrição Quinquenal – Regra Geral	96
Âmbito subjetivo	96
Interrupção e suspensão da prescrição	97
Prescrição: trato sucessivo x fundo de direito	97
Casos específicos de prescrição de fundo de direito	97
Hipóteses de imprescritibilidade	98
Questões específicas	98
CAPÍTULO IV – VALORES EXIGIDOS DO PODER PÚBLICO NO CURSO DO PROCESSO	101
1. INTRODUÇÃO	101
2. PAGAMENTO DE DESPESAS PROCESSUAIS PELO ENTE PÚBLICO	102
2.1. Beneficiário de gratuidade de justiça e os honorários periciais	104
2.2. Despesas processuais em ação civil pública	105
2.3. Porte de remessa e retorno	106
3. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	106

3.1. Percentuais de honorários em demandas contra o Poder Público.....	107
3.2. Características gerais da condenação em honorários nas demandas contra o Poder Público	109
3.3. Fixação de honorários nas ações de saúde: Tema 1313 do STJ.....	111
3.4. Honorários em ação civil pública: artigo 18 da Lei 7.347/85	112
3.5. Honorários advocatícios em grau recursal	113
3.6. Cumprimento de sentença não impugnado	115
3.7. Execuções individuais decorrentes de sentença em ação coletiva.....	117
3.8. Concordância do ente público com o pedido e cumprimento espontâneo.....	117
3.9. Titularidade dos honorários.....	119
3.10. Fluência de juros.....	122
3.11. Direito intertemporal – aplicação do regime de honorários do CPC-2015.....	122
3.12. Condenação em demandas movidas pela Defensoria Pública	122
4. RECURSO	123
5. AÇÃO RESCISÓRIA.....	123
6. MULTAS	124
6.1. Multa por ato atentatório à dignidade da Justiça e litigância de má-fé.....	124
6.2. Embargos de declaração protelatórios e agravo interno inadmissível.....	126
6.3. Multa coercitiva.....	127
6.4. Multa pelo não comparecimento à audiência de conciliação ou mediação.....	129
QUADRO SINÓTICO	130
Regra geral das despesas processuais (CPC, art. 82).....	130
Despesas processuais e o Poder Público (CPC, art. 91; Lei nº 6.830/80, art. 39)	130
Honorários advocatícios: percentuais do CPC, art. 85, § 3º.....	132
Honorários por apreciação equitativa (CPC, art. 85, § 8º).....	132
Honorários advocatícios em ação civil pública (Lei nº 7.347/85, art. 18).....	133
Honorários no cumprimento de sentença contra o Poder Público (CPC, art. 85, § 7º).....	134
Concordância do ente público e cumprimento espontâneo	135
Titularidade dos honorários e natureza alimentar.....	135
Honorários: questões pontuais.....	136
Preparo recursal e depósito da ação rescisória	137
Multas processuais – visão comparativa.....	137
Multa coercitiva (astreintes) e o Poder Público	138
Multa por agravo interno: critérios do Tema 434/STJ (revisado).....	139
CAPÍTULO V – PODER PÚBLICO COMO RÉU	141
1. INTRODUÇÃO	141
2. COMPETÊNCIA	141
3. COMUNICAÇÃO DE ATOS PROCESSUAIS.....	143
3.1. Citação	144

3.2. Intimação	145
3.3. Inaplicabilidade do art. 269, § 1º, do CPC para o Poder Público.....	146
4. RESPOSTA DO ENTE PÚBLICO E REVELIA	146
QUADRO SINÓTICO	148
Competência para julgar causas com o Poder Público	148
Citação do ente público (CPC, arts. 238 a 247).....	149
Intimação do ente público (CPC, art. 183, § 1º)	150
Resposta do ente público (CPC, arts. 335 a 342).....	151
Revelia x efeitos da revelia do ente público.....	152
Sistema Multiportas e autocomposição com o Poder Público	152
CAPÍTULO VI – INTERVENÇÃO DO PODER PÚBLICO.....	153
1. INTRODUÇÃO	153
2. CARACTERÍSTICAS E NATUREZA JURÍDICA.....	154
3. SISTEMÁTICA DE APLICAÇÃO	156
3.1. Admissibilidade	156
3.2. Modo de ingresso do ente público	156
3.3. Modo de atuação em juízo.....	157
3.4. Interposição de recurso	157
3.5. Pedido de suspensão	160
QUADRO SINÓTICO	161
Intervenção anômala do Poder Público (Lei nº 9.469/97, art. 5º)	161
Requisito e natureza jurídica.....	161
Admissibilidade	162
Modo de ingresso e de atuação em juízo	162
Interposição de recurso e aquisição da condição de parte	163
Deslocamento de competência para a Justiça Federal	163
Pedido de suspensão	164
CAPÍTULO VII – TUTELA PROVISÓRIA CONTRA O PODER PÚBLICO.....	165
1. INTRODUÇÃO	165
2. LEGISLAÇÃO PERTINENTE	165
3. CONSTITUCIONALIDADE E COMPATIBILIDADE COM OUTROS INSTITUTOS DE DIREITO PROCESSUAL PÚBLICO	168
3.1. Constitucionalidade.....	168
3.2. Remessa necessária.....	169
3.3. Regime de pagamento por precatório.....	169
4. ANÁLISE DAS VEDAÇÕES LEGAIS À TUTELA DE URGÊNCIA CONTRA O PODER PÚBLICO	170
4.1. Ato de autoridade com prerrogativa de foro	170
4.2. Irreversibilidade da medida.....	171

4.3. Compensação de créditos tributários e previdenciários.....	172
4.4. Ações possessórias	173
5. TUTELA DE EVIDÊNCIA CONTRA O PODER PÚBLICO	173
6. MEIOS DE IMPUGNAÇÃO	174
QUADRO SINÓTICO	175
Legislação aplicável à tutela provisória contra o Poder Público	175
Regime geral da tutela de urgência (CPC, arts. 294 e seguintes).....	176
Constitucionalidade das vedações	176
Compatibilidade com outros institutos	176
Vedações legais específicas à tutela de urgência.....	177
Tutela de evidência contra o Poder Público (CPC, art. 311).....	178
Meios de impugnação da tutela provisória	178
CAPÍTULO VIII – PEDIDO DE SUSPENSÃO	179
1. INTRODUÇÃO	179
2. LEGISLAÇÃO PERTINENTE	180
3. SISTEMÁTICA DE APLICAÇÃO	182
QUADRO SINÓTICO	187
Conceito, natureza e legitimidade.....	187
Legislação e diploma geral.....	188
Requisitos e competência (a quem dirigir)	188
Procedimento	189
Recorribilidade da decisão do presidente.....	189
Pedido de suspensão x agravo de instrumento	190
Efeitos e características.....	190
CAPÍTULO IX – REMESSA NECESSÁRIA.....	191
1. INTRODUÇÃO	191
2. CONSTITUCIONALIDADE.....	192
3. NATUREZA JURÍDICA.....	193
4. APLICAÇÃO.....	194
4.1. Sentenças contrárias ao Poder Público.....	194
4.1.1. Remessa necessária de decisão de mérito.....	194
4.1.2. Sentença terminativa e sentença de mérito	194
4.1.3. Não cabimento em decisão colegiada	195
4.1.4. Não cabimento em sentença homologatória	195
4.2. Procedência de embargos à execução fiscal	195
4.3. Sentença ilíquida	196
4.4. Ação civil pública e ação de improbidade administrativa.....	197
4.5. Ação de improbidade administrativa.....	197
4.6. Mandado de segurança	197

5. PROCEDIMENTO	198
6. EXTENSÃO DA ANÁLISE NA REMESSA NECESSÁRIA	199
6.1. Apelação e remessa necessária prejudicada.....	200
6.2. Reformatio in pejus	201
7. RECURSO ESPECIAL EM REMESSA NECESSÁRIA	201
8. DISPENSA DA REMESSA NECESSÁRIA.....	202
8.1. Valor mínimo para cabimento da remessa necessária.....	202
8.2. Entendimentos jurisprudencial e administrativo consolidados	203
8.3. Juizados Especiais	204
8.4. Sentença arbitral	204
QUADRO SINÓTICO	204
Conceito, natureza jurídica e constitucionalidade	204
Hipóteses de aplicação (CPC, art. 496).....	205
Casos específicos.....	206
Procedimento	206
Extensão da análise na remessa necessária.....	207
Recurso especial em remessa necessária	207
Dispensa da remessa necessária	207
CAPÍTULO X – EXECUÇÃO CONTRA O PODER PÚBLICO.....	209
1. INTRODUÇÃO	209
2. ALCANCE	211
3. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E A EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL CONTRA O PODER PÚBLICO	211
4. DEFESA DO ENTE PÚBLICO.....	212
4.1. Inexigibilidade do título judicial, ação rescisória e precedentes vinculantes do STF	215
4.2. Recursos na fase de cumprimento contra o Poder Público.....	219
5. EXECUÇÃO PROVISÓRIA	219
6. SISTEMA DE PAGAMENTO DE DÉBITOS DO ENTE PÚBLICO POR PRECATÓRIO	220
6.1. Listas de precatórios.....	222
6.2. Crédito de natureza alimentícia	224
6.3. Fracionamento de precatório	228
6.4. Regime de inclusão do precatório no orçamento – modificação da EC n. 136/2025	229
6.5. Natureza da atividade do presidente do Tribunal no processamento do precatório	230
6.6. Pagamento de precatórios e sequestro	232
6.7. Incidência de correção monetária e juros de mora – modificação pela EC n. 113/2021	234
6.7.1. Premissas gerais.....	234

6.7.2.	Juros e correção até a EC nº 113/2021	236
6.7.3.	EC nº 136/2025: novos critérios de correção e juros	238
6.7.4.	O vácuo normativo: índices de correção e juros na fase pré-precatório ...	239
6.8.	Compensação de valores de precatórios – modificação pela EC n. 113/2021 e pela EC nº 136/2025.....	241
6.8.1.	A inconstitucionalidade da compensação unilateral em favor da Fazenda Pública.....	241
6.8.2.	A viabilidade da compensação voluntária	242
6.9.	Cessão de crédito de precatório.....	243
6.10.	Assunção de dívida pela União.....	245
6.11.	Financiamento de dívida de precatório	245
6.12.	Utilização de crédito de precatórios para negócios jurídicos com o ente público – EC n. 113/2021	246
6.13.	Intervenção federal e princípio da reserva do possível.....	247
7.	REGIME ESPECIAL – EC Nº 94/2016, Nº 99/2017 E Nº 136/2025	248
7.1.	Legitimados.....	249
7.2.	Eliminação de prazo final para zerar o estoque de precatórios	249
7.3.	Sistemática de pagamento: percentual da RCL.....	250
7.4.	Acordos diretos – EC nº 136/2025.....	252
7.5.	Fontes de recursos para pagamento dos precatórios.....	253
7.6.	Vedação a desapropriações	255
8.	PARCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DEVIDAS POR MUNICÍPIOS	255
9.	SISTEMA DE PAGAMENTO POR REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR – RPV	257
10.	PRECATÓRIOS E RPVS NÃO LEVANTADOS – LEI Nº 13.463/2017	259
	QUADRO SINÓTICO	262
	Premissas da execução por quantia certa contra o Poder Público	262
	Cumprimento de sentença e execução extrajudicial.....	262
	Inexigibilidade do título fundado em norma inconstitucional (AR 2876-QO/STF, 2025).....	263
	Recursos na fase de cumprimento	264
	Listas de precatórios e ordem de pagamento (CF, art. 100, § 2º).....	265
	Crédito de natureza alimentícia (CF, art. 100, § 1º).....	265
	Fracionamento de precatório (CF, art. 100, § 8º).....	266
	Inclusão orçamentária e processamento (EC 136/2025).....	266
	Sequestro de verbas públicas	267
	Correção monetária e juros de mora	267
	EC 136/2025: novos critérios de atualização do precatório (dívidas não tributárias)	268
	Compensação e cessão de precatórios.....	268
	Regime especial de pagamento (EC 136/2025 – art. 100, §§ 23 a 30)	269

Requisição de pequeno valor (RPV).....	270
CAPÍTULO XI – EXECUÇÃO FISCAL.....	271
1. INTRODUÇÃO	271
2. TÍTULO EXECUTIVO	271
2.1. Possibilidade de correção da CDA	272
2.2. Execução de multas do TCE.....	275
2.3. Prazo prescricional para a propositura da execução fiscal	275
3. LEGITIMIDADE DAS PARTES	277
3.1. Legitimidade ativa	277
3.2. Legitimidade passiva.....	280
4. COMPETÊNCIA	286
5. PROCEDIMENTO	288
5.1. Petição inicial	288
5.2. Despacho liminar positivo e fixação de honorários advocatícios.....	290
5.3. Despacho liminar positivo e interrupção da prescrição.....	292
5.4. Custeio de atos processuais no curso da execução fiscal	294
5.5. Citação	295
5.6. Intimação do ente público	296
5.7. Participação do Ministério Público	297
5.8. Garantia da execução e penhora.....	297
5.8.1. Ordem legal de penhora.....	302
5.8.2. Impenhorabilidade do bem de família	307
5.8.3. Penhora de estabelecimento empresarial	309
5.8.4. Remoção do bem penhorado.....	309
5.8.5. Intimação da penhora	310
5.8.6. Medidas executivas atípicas	311
5.8.7. Termo inicial da contagem de prazo para embargos.....	311
5.8.8. Preferência de créditos.....	312
5.8.9. Avaliação de bens penhorados	314
5.8.10. Cautelar de caução prévia e honorários advocatícios.....	314
5.8.11. Constrição de bens em execução fiscal contra empresas em recupera- ção judicial.....	314
5.9. Ato atentatório à dignidade da Justiça e fraude à execução	316
5.10. Expropriação de bens.....	317
5.11. Admissibilidade da prova digital na execução fiscal	318
6. OS MECANISMOS DE DEFESA CONTRA A EXECUÇÃO FISCAL	319
6.1. Embargos à execução fiscal	319
6.1.1. Prazo para oferecimento dos embargos	319
6.1.2. Necessidade de garantia do juízo e concessão de efeito suspensivo	320

6.1.3. Conteúdo dos embargos.....	321
6.1.4. Procedimento dos embargos à execução.....	322
6.2. Exceção de pré-executividade.....	325
6.3. Defesa heterotópica na execução fiscal	327
7. VICISSITUDES DA EXECUÇÃO FISCAL.....	328
7.1. Suspensão do processo	329
7.2. Decretação de indisponibilidade de bens.....	334
7.3. Cancelamento da dívida ativa	335
7.4. Modificação do valor da dívida e sucumbência	336
7.5. Arquivamento de débitos inscritos em dívida ativa.....	336
7.6. Cobrança de valores baixos e desistência	337
7.7. Declaração de inconstitucionalidade e a presunção de certeza e liquidez da CDA.....	339
7.8. Prazo prescricional da repetição de indébito e da execução contra a Fazenda Pública	339
7.9. Execução fiscal e processo de falência.....	340
8. SENTENÇA E RECURSOS	340
9. MEDIDA CAUTELAR FISCAL	342
9.1. Introdução.....	342
9.2. Procedimento	343
9.3. Arrolamento de bens e concessão da cautelar	345
10. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO: COMPENSAÇÃO OU PRECATÓRIO	345
11. PROTESTO EXTRAJUDICIAL PARA COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA	346
12. CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO DO CRÉDITO DO PODER PÚBLICO.....	348
QUADRO SINÓTICO	349
Título executivo: a certidão de dívida ativa (CDA).....	349
Prazo prescricional para a propositura da execução fiscal.....	350
Legitimidade ativa	351
Legitimidade passiva e redirecionamento	352
Competência	353
Petição inicial e honorários advocatícios.....	354
Despacho liminar positivo, citação e intimações	354
Custeio de atos processuais	355
Garantia da execução e penhora.....	355
Impenhorabilidade, medidas executivas e preferência.....	357
Ato atentatório, fraude à execução e expropriação	357
Embargos à execução fiscal (LEF, art. 16).....	358
Exceção de pré-executividade e defesa heterotópica.....	359
Suspensão do processo e prescrição intercorrente (LEF, art. 40)	360
Cancelamento, baixo valor e falência	361

Sentença e recursos	362
Medida cautelar fiscal, protesto e atualização do crédito	362
CAPÍTULO XII – RECLAMAÇÃO	365
1. INTRODUÇÃO	365
2. LEGISLAÇÃO PERTINENTE	365
3. NATUREZA JURÍDICA	366
4. SISTEMÁTICA DE APLICAÇÃO	367
4.1. Preservação de competência	367
4.1.1. Ato comissivo	368
4.1.2. Ato omissivo	369
4.2. Garantia da autoridade das decisões do tribunal	369
4.3. Decisão do STF em controle concentrado	370
4.4. Observância de súmula vinculante	371
4.5. Observância de acórdão em IRDR e incidente de assunção de competência ...	372
4.6. Cumulação da reclamação com outros meios de impugnação	373
4.7. Hipóteses de não cabimento da reclamação	373
4.7.1. Decisão transitada em julgado	373
4.7.2. Acórdão de REExt com repercussão geral ou no regime de repetitivos ..	374
4.7.3. Ato administrativo com recurso pendente	374
4.7.4. Ato legislativo	375
4.7.5. Ato proferido pelo próprio tribunal reclamado e utilização como suc- dâneo recursal	375
4.8. Recursos e ônus sucumbenciais	376
4.9. Reclamação contra decisões de Juizados Especiais	376
QUADRO SINÓTICO	377
Conceito, natureza jurídica e legislação	377
Hipóteses de cabimento (CPC, art. 988)	378
Preservação de competência (inciso I)	378
Garantia da autoridade das decisões (inciso II)	379
Controle concentrado e súmula vinculante (inciso III)	379
IRDR e incidente de assunção de competência (inciso IV)	380
Cumulação com outros meios de impugnação	380
Hipóteses de não cabimento	380
Recursos, honorários e Juizados Especiais	381
CAPÍTULO XIII – AÇÃO MONITÓRIA	383
1. INTRODUÇÃO	383
2. AÇÃO MONITÓRIA EM FACE DO PODER PÚBLICO	383
3. ISENÇÃO DE CUSTAS	384
4. FORMA DE PAGAMENTO	385

QUADRO SINÓTICO	385
Conceito e cabimento geral (CPC, arts. 700 a 702)	385
Procedimento	386
Isenção de custas (CPC, art. 701, § 1º)	386
Forma de pagamento da dívida	387
CAPÍTULO XIV – MANDADO DE SEGURANÇA	389
1. INTRODUÇÃO	389
2. CARACTERÍSTICAS	390
2.1. Conceito e natureza jurídica	390
2.2. Formas de tutela	391
2.3. Direito líquido e certo	391
2.4. Residual em relação ao habeas corpus e ao habeas data	393
2.5. Ilegalidade ou abuso de poder	393
2.6. Autoridade pública	394
2.7. Prazo de impetração	396
3. SISTEMÁTICA DE APLICAÇÃO	400
3.1. Ato legislativo	400
3.2. Ato de que caiba recurso administrativo	402
3.3. Ato judicial	403
3.3.1. Agravo, taxatividade mitigada e o cabimento de mandado de segurança	405
3.3.2. Mandado de segurança em processo criminal	406
3.4. Ato disciplinar	406
3.5. Compensação tributária	407
4. PARTES	409
4.1. Legitimidade ativa	409
4.2. Legitimidade passiva	411
4.2.1. Polo passivo	411
4.2.2. Teoria da encampação	412
4.2.3. Indicação errônea da autoridade coatora	414
4.2.4. Correção do polo passivo no CPC	414
4.2.5. Litisconsórcio passivo	415
4.3. Ministério Público	417
5. COMPETÊNCIA	417
6. PROCEDIMENTO	418
6.1. Petição inicial	419
6.2. Informações e defesa	419
6.3. Tutela provisória	420
6.4. Sentença	422

6.5. Coisa julgada	425
6.6. Remessa necessária.....	426
6.7. Recursos	427
6.7.1. Cabimento em relação a decisões interlocutórias	427
6.7.2. Sistemática recursal	428
6.7.3. Sistemática recursal de mandado de segurança originário de tribunal.....	429
6.7.4. Extensão da legitimidade recursal à autoridade coatora.....	430
6.7.5. Contagem do prazo recursal.....	431
6.7.6. Incidência de honorários advocatícios na fase recursal	431
6.7.7. Ampliação do colegiado em grau recursal	431
6.8. Pedido de suspensão	432
6.9. Cumprimento de sentença.....	432
6.10. Prazo para desistência do mandado de segurança	434
7. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO.....	434
7.1. Legitimidade ativa	434
7.2. Objeto	436
7.3. Litispendência com o processo individual	436
7.4. Manifestação prévia do Poder Público para concessão de liminar	437
7.5. Coisa julgada	437
QUADRO SINÓTICO	440
Conceito, natureza jurídica e características gerais.....	440
Direito líquido e certo	440
Autoridade pública e autoridade coatora.....	441
Prazo de impetração (Lei nº 12.016/2009, art. 23)	441
Hipóteses de não cabimento (Lei nº 12.016/2009, art. 5º)	442
Cabimento em situações específicas	443
Legitimidade ativa	444
Legitimidade passiva e correção do polo passivo.....	445
Ministério Público e competência.....	445
Procedimento: petição inicial, informações e defesa	446
Tutela provisória (liminar) — Lei nº 12.016/2009, art. 7º.....	447
Sentença, coisa julgada e remessa necessária	447
Recursos	448
Pedido de suspensão e cumprimento de sentença.....	449
Mandado de segurança coletivo	450
CAPÍTULO XV – HABEAS DATA	453
1. INTRODUÇÃO	453
2. OBJETO E CABIMENTO	453
3. COMPETÊNCIA	454

4. LEGITIMIDADE	455
4.1. Legitimidade ativa	455
4.2. Legitimidade passiva	455
5. PROCEDIMENTO	456
5.1. Fase administrativa	456
5.2. Fase judicial	457
5.2.1. Petição inicial	457
5.2.2. Resposta do demandado	458
5.2.3. Participação do Ministério Público	458
5.2.4. Liminar	458
5.2.5. Sentença	458
5.2.6. Outras características	459
6. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	460
QUADRO SINÓTICO	462
Conceito, fundamento e natureza	462
Objeto e hipóteses de cabimento (Lei nº 9.507/97, art. 7º)	462
Legitimidade ativa e passiva	463
Fase administrativa (Lei nº 9.507/97, arts. 2º a 8º)	463
Fase judicial – procedimento (Lei nº 9.507/97, arts. 8º a 21)	464
Sentença, cumprimento e demais características	464
Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)	465
CAPÍTULO XVI – MANDADO DE INJUNÇÃO	467
1. INTRODUÇÃO	467
2. EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL DO MANDADO DE INJUNÇÃO	467
3. OBJETO E CABIMENTO	469
3.1. Impedimento ao exercício de direito ou liberdade constitucional	471
3.2. Perda de objeto pelo advento de norma regulamentadora	471
3.3. Descabimento para regular direito de militar à ascensão funcional	471
4. COMPETÊNCIA	471
5. LEGITIMIDADE	473
5.1. Legitimidade ativa	473
5.2. Legitimidade passiva	473
6. PROCEDIMENTO	473
6.1. Petição inicial	474
6.2. Recebimento e processamento	474
6.3. Tutela provisória	475
6.4. Sentença, coisa julgada e recursos	475
7. MANDADO DE INJUNÇÃO COLETIVO	477
QUADRO SINÓTICO	478

Conceito, fundamento e evolução jurisprudencial.....	478
Distinção em relação à ADI por omissão	479
Cabimento e não cabimento	479
Competência (Lei nº 13.300/2016, art. 14, aplicação subsidiária da Lei do Mandado de Segurança)	479
Legitimidade ativa e passiva	480
Procedimento	480
Sentença, eficácia, honorários e recursos	481
Mandado de injunção coletivo (Lei nº 13.300/2016, arts. 12 e 13)	482
CAPÍTULO XVII – AÇÃO POPULAR	483
1. INTRODUÇÃO	483
2. OBJETO.....	483
3. AÇÃO POPULAR, MANDADO DE SEGURANÇA E AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: DISTINÇÕES	484
4. COMPETÊNCIA	487
5. LEGITIMIDADE	487
5.1. Legitimidade ativa	487
5.2. Legitimidade passiva.....	488
5.3. Pessoa jurídica interessada.....	489
6. PROCEDIMENTO	489
6.1. Prazo para ajuizamento	489
6.2. Petição inicial	490
6.3. Documentação pertinente	490
6.4. Citação	491
6.5. Prazo para a defesa.....	491
6.6. Tutela provisória	491
6.7. Alegações finais.....	492
6.8. Sentença	492
6.9. Coisa julgada	494
6.10. Remessa necessária.....	494
6.11. Recursos	495
6.12. Cumprimento.....	495
QUADRO SINÓTICO	495
Fundamento e objeto.....	495
Competência	496
Legitimidade ativa, passiva e pessoa jurídica interessada	496
Procedimento – prazo, petição inicial, citação e defesa	497
Sentença, ressarcimento e ônus processuais	498
Coisa julgada, remessa necessária, recursos e cumprimento	499

CAPÍTULO XVIII – AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	501
1. INTRODUÇÃO	501
2. ALCANCE	503
3. ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	505
3.1. Atos que importam em enriquecimento ilícito	506
3.2. Atos que causam prejuízo ao erário	507
3.3. Atos que atentam contra os princípios da Administração Pública.....	509
3.4. Outras situações de improbidade	512
3.5. Prosseguimento da ação para fins de ressarcimento	512
3.6. Independência de instâncias e vedação ao <i>bis in idem</i>	514
3.7. Impossibilidade de ação de improbidade de caráter exclusivamente declarat- rio	518
4. COMPETÊNCIA	519
5. LEGITIMIDADE	521
5.1. Legitimidade ativa	521
5.2. Legitimidade passiva.....	522
5.3. Participação do ente público no processo	525
6. PROCEDIMENTO	525
6.1. Representação do particular.....	525
6.2. Petição inicial	526
6.3. Juízo de admissibilidade.....	526
6.4. Defesa	527
6.5. Tutela provisória.....	528
6.5.1. Indisponibilidade de bens.....	528
6.5.2. Afastamento da função pública	531
6.6. Instrução probatória	531
6.7. Transação.....	532
6.8. Sentença	533
6.9. Cumprimento da sentença.....	536
7. MULTA CIVIL: NATUREZA E DESTINAÇÃO.....	537
8. PRESCRIÇÃO	538
QUADRO SINÓTICO.....	541
Visão geral (Lei 14.230/2021)	541
Direito intertemporal.....	541
Tipos de atos ímprobos e penalidades	542
Ressarcimento, independência de instâncias e <i>bis in Idem</i>	542
Competência	543
Legitimidade.....	543
Procedimento	544
Tutela provisória	545

Acordo de Não Persecução Civil (art. 17-B).....	545
Multa civil.....	545
Prescrição (art. 23).....	546
Quadro-Resumo: súmulas e temas.....	546
CAPÍTULO XIX – DESAPROPRIAÇÃO.....	547
1. INTRODUÇÃO.....	547
2. LEGISLAÇÃO PERTINENTE.....	547
3. DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA OU INTERESSE SOCIAL.....	550
3.1. Caracterização da utilidade pública e do interesse social.....	551
3.2. Prazo para propositura da demanda judicial.....	552
3.3. Legitimidade de partes.....	553
3.4. Competência.....	554
3.5. Mediação e arbitragem na desapropriação.....	555
3.6. Procedimento judicial.....	556
3.6.1. Petição inicial.....	556
3.6.2. Citação.....	556
3.6.3. Contestação.....	556
3.6.4. Participação do Ministério Público.....	560
3.6.5. Imissão provisória na posse.....	560
3.6.5.1. Procedimento comum.....	561
3.6.5.2. Imóvel residencial urbano.....	562
3.6.6. Levantamento parcial do depósito.....	563
3.6.7. Perícia.....	564
3.6.8. Sentença: aspectos da condenação.....	564
3.6.8.1. Juros compensatórios.....	564
3.6.8.2. Juros moratórios.....	567
3.6.8.3. Correção monetária.....	568
3.6.8.4. Incidência de juros moratórios e compensatórios.....	569
3.6.8.5. Honorários advocatícios.....	569
3.6.8.6. Custas processuais.....	571
3.6.8.7. Indicação do valor do imóvel na petição inicial.....	571
3.6.8.8. Tributação da indenização pela desapropriação.....	571
3.6.8.9. Forma de pagamento de valores complementares.....	571
3.6.9. Sentença: coisa julgada, recursos e remessa necessária.....	572
3.7. Desistência da desapropriação.....	572
4. DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA.....	573
4.1. Requisitos.....	573
4.2. Legitimidade.....	574

4.3. Procedimento	574
4.4. Sentença	577
5. DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS URBANÍSTICOS	581
6. EXPROPRIAÇÃO DE GLEBAS COM PLANTAÇÕES ILEGAIS E TRABALHO ESCRAVO	582
7. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA	582
QUADRO SINÓTICO	584
Conceito e classificação	584
Modalidades	584
Caracterização da utilidade pública e do interesse social	584
Prazo para propositura da demanda	585
Legitimidade ativa e passiva	585
Competência	586
Mediação e arbitragem (Lei nº 13.867/2019)	586
Procedimento judicial – petição inicial, contestação e direito de extensão	587
Ministério Público	587
Imissão provisória na posse	588
Levantamento parcial e perícia	588
Juros compensatórios	589
Juros moratórios e correção monetária	590
Honorários, tributação e forma de pagamento (Tema 865/STF)	590
Sentença, recursos, remessa necessária e desistência	591
Desapropriação para reforma agrária (CF, art. 184; LC nº 76/93)	591
Desapropriação urbanística, expropriação (art. 243) e desapropriação indireta	592
CAPÍTULO XX – JUIZADOS ESPECIAIS	595
1. INTRODUÇÃO	595
2. LEGISLAÇÃO PERTINENTE	595
3. JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS	596
3.1. Competência	596
3.2. Legitimidade	598
3.3. Procedimento	600
3.3.1. Petição inicial	600
3.3.2. Citação e intimação	600
3.3.3. Audiência e instrução probatória	602
3.3.4. Concessão de tutela provisória	603
3.4. Sentença e recursos	603
3.4.1. Dispensa da remessa necessária	604
3.4.2. Recurso cabível	604
3.4.3. Exercício da retratação pelo juízo sentenciante	604
3.4.4. Juízo de admissibilidade	605

3.4.5. Embargos de declaração	606
3.4.6. Ampliação do colegiado	606
3.4.7. Pedido de uniformização de interpretação da Lei – PUIL	606
3.4.8. Recurso especial	607
3.4.9. Recurso extraordinário	607
3.4.10. Sistema de julgamento de recursos repetitivos.....	608
3.4.11. A cultura do precedente	609
3.4.12. Ação rescisória.....	610
3.5. Cumprimento de sentença.....	610
4. JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA	612
4.1. Competência	612
4.2. Composição	613
4.3. Legitimidade	613
4.4. Procedimento	614
4.5. Cumprimento de sentença.....	615
QUADRO SINÓTICO	616
Introdução, fundamento e legislação.....	616
Juizados Especiais Federais – Competência (Lei nº 10.259/2001, art. 3º)	616
Conflito de competência, competência delegada e incompetência.....	617
Juizados Especiais Federais – Legitimidade.....	617
Procedimento – petição inicial e dispensa de advogado	618
Citação, intimação e prazos	618
Audiência, perícia e tutela provisória.....	619
Sentença, remessa necessária e apelação.....	619
Retratação do sentenciante e juízo de admissibilidade	619
Embargos de declaração e ampliação do colegiado	620
Pedido de uniformização de interpretação de lei – PUIL (Lei nº 10.259/2001, art. 14)	620
Recurso especial, recurso extraordinário e demais aspectos recursais	621
Ação rescisória, inexigibilidade do título e cumprimento de sentença nos Juizados Federais	621
Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009).....	622
Juizados da Fazenda Pública – Procedimento	623
Juizados da Fazenda Pública – Cumprimento de sentença.....	623
CAPÍTULO XXI – ARBITRAGEM COM O PODER PÚBLICO	625
1. INTRODUÇÃO	625
2. CONCEITO	626
3. CONSTITUCIONALIDADE.....	626
4. VANTAGENS DA ARBITRAGEM	627
4.1. Escolha do árbitro.....	627

4.2. Flexibilidade procedimental.....	627
4.3. Possibilidade de escolha da lei aplicável.....	628
4.4. Confidencialidade.....	628
4.5. Celeridade	628
5. PRINCÍPIOS DA ARBITRAGEM.....	628
5.1. Autonomia da vontade das partes	629
5.2. Autonomia da cláusula compromissória.....	629
5.3. Kompetenz-kompetenz.....	629
6. ESPÉCIES DE ARBITRAGEM.....	629
6.1. Arbitragem institucional ou avulsa (<i>ad hoc</i>).....	629
6.2. Arbitragem nacional ou internacional	630
7. ARBITRABILIDADE	631
8. CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM	631
9. ÁRBITRO	632
10. PROCEDIMENTO ARBITRAL.....	633
10.1. Instauração e organização	633
10.2. Fase postulatória	635
10.3. Fase probatória	635
10.4. Tutela provisória na arbitragem.....	636
11. SENTENÇA ARBITRAL	636
QUADRO SINÓTICO.....	637
Conceito, legislação e constitucionalidade.....	637
Princípios próprios e arbitrabilidade	638
Espécies de arbitragem.....	638
Convenção de arbitragem e árbitro	639
Procedimento arbitral e tutela provisória.....	639
Sentença arbitral.....	640
BIBLIOGRAFIA	641